

Autor: Goes

Da génese do liberalismo económico à crise das elites



A génese do liberalismo político, consubstanciou-se também, na implementação de uma nova ideologia económica, liberal – decorrente da evolução das correntes fisiocráticas e livre cambistas – por oposição às políticas económicas, mercantilistas, imperialistas e protecionistas do Antigo Regime.

Ao desenvolvimento económico associado à revolução industrial, sucedeu-se a necessidade do aumento da mão-de-obra, a sobrelotação populacional das zonas industriais e as condições de trabalho atroz, que constituíram fatores favoráveis ao surgimento de pobreza e consequentemente, às más condições de higiene (Pinto, 2020).

Na segunda metade do século XIX, a crítica ao “Fontismo”, preconizada pelo então marquês de Sá da Bandeira, reformista mais pela dialética política do que pela antítese das medidas adotadas, veio de algum modo cimentar, aquilo que seria mais tarde, o Progressismo em Portugal, o partidário, o movimento operário e o “socialismo” dos finais do século XIX e com ele a consciência da necessidade contínua da defesa de causas sociais, em prol dos mais desfavorecidos e não privilegiados. No entanto, o marquês de Sá da Bandeira, veio iniciar uma política de cortes na despesa que contrastava claramente com a estratégia que

até então vinha sendo implementada pelos governos da Regeneração (Goes, 2019; Marques, 1991).

«A partir de 1901, os críticos do velho sistema liberal descobriram um nome feio para lhe chamar: “o rotativismo”. O chamado “rotativismo” tem sido uma perene fonte de confusões na historiografia portuguesa. Historiadores ingénuos tendem a descrever a vida política de 1851 a 1910 como dominada pela pacífica e rotineira rotação dos partidos, o Partido Regenerador [da direita, do Duque de Saldanha e Fontes Pereira de Melo] e o Partido da esquerda [o Partido Histórico, do Duque de Loulé], e depois o Partido Progressista [de Anselmo Braamcamp e José Luciano Castro] (Ramos, 1994).

Este aparente criticismo, constituiria uma das razões ou causas que levaram à crise da monarquia constitucional, tendo como consequência a revolução republicana. Uma das razões para a crise das elites, foi a incapacidade do sistema político dar resposta aos reais problemas do país, estruturais e sociais. A sucessiva falência financeira e económica, do final da primeira metade do século XIX e a crise do final do século, fundamentaram o insucesso das políticas económicas liberais do século XIX, que a par do “rotativismo” partidário nos governos do reino, muito contribuíram para a fragmentação partidária e para o radicalismo, quer nos seio dos partidos monárquicos, quer depois, nos republicanos (Goes, 2019; Marques, 1991).

«O “rotativismo” foi um termo pejorativo usado inventado por João Franco, afastado entretanto do Partido Regenerador [veio a fundar o Partido Regenerador-Liberal], para insultar Hintze Ribeiro e José Luciano. Referia-se ao entendimento estabelecido entre os dois chefes partidários com o fim de atenuar a perturbação política causada pela cisão dos partidos. Assim longe de significar a força dos Partidos Regenerador e Progressista, o “rotativismo” traduzia a sua fraqueza» (Ramos, 1994).

A crise das finanças públicas, consequência dos déficits gerados pelas políticas de transformações no sistema de transportes – razão que veremos cíclica na história contemporânea – viera agravar a incapacidade de “intervenção” da coroa no redimensionamento económico do mercado interno e a inoperância no externo, face à permanência das necessidades de modernização e financiamento (Goes, 2019).

A economia da segunda metade do século XIX, que esteve dependente do investimento público e da contração de dívida externa, persistiu na dificuldade de fazer coexistir, as necessidades imperiosas de desenvolvimento e modernização com umas finanças públicas saudáveis. Viu-se por isso, obrigada a novos constrangimentos, invertendo o ciclo económico de desenvolvimento e progresso, e por isso, razão do descontentamento quer da nova classe dominante, quer da nova classe proletária (Goes, 2019; Marques, 1981, 1991), determinando as escolhas pelas novas correntes de pensamento mais revolucionárias e socializantes. Valente (1982) postula “a natureza jacobina e urbana da revolução” de 5 de Outubro de 1910, preconizada pelo Partido Republicano Português – com o apoio da Maçonaria e da Carbonária – considerando que a radicalização deste tinha “transformado o regime republicano numa ditadura de facto” (Valente, 2004). Premissa que viria a ser confirmada com o queda da 1ª República.

Referências bibliográficas:

Goes, Diogo (2019, Maio 13) Zelotas de uma qualquer regeneração. Lisboa: Jornal Económico. Disponível em: <https://jornaleconomico.sapo.pt/noticias/zelotas-de-uma-qualquer-regeneracao-440795>

Marques, A. H. de Oliveira, (1981) Guia de História da 1ª República, Lisboa: Editorial

Marques, A. H. de Oliveira (org.) "Portugal da Monarquia para a República, 1900-1930" in Serrão, J. & Marques, A.H. de Oliveira (1991) Nova História de Portugal. vol. XI. Lisboa: Presença.

Pinto, S. (2020) Valores da História na luta contra as epidemias entre a Europa de oitocentos. A Pátria – Jornal da Comunidade Científica de Língua Portuguesa, Funchal: Ponte Editora. Disponível em: <https://apatria.org/historia/valores-da-historia-na-luta-contras-epidemias-entre-a-europa-de-oitocentos-e-a-atualidade/>

Ramos, Rui (1994) A Segunda Fundação (1890-1926) in Mattoso, José (1994) "História de Portugal", Vol. VI, Lisboa: Círculo de Leitores

Ramos, Rui (1993) «A «Vida Nova»» in *História de Portugal*, volume 6. Lisboa: Círculo de Leitores. [ISBN 972-42-0971-7](#)

VALENTE, Vasco Pulido (2004). *O Poder e o Povo. A Revolução de 1910*, 5.ª ed. Lisboa: Gradiva. [ISBN 972662665X](#)

Imagem de destaque de propriedade de: <https://www.bptrends.com/best-gold-ira-companies/>

Data de Publicação: 29-06-2020